

História Antiga: Relações Interdisciplinares.

Paisagens Urbanas,
Rurais & Sociais

Carmen Soares, José Luís Brandão &
Pedro C. Carvalho (coords.)

**AS CIDADES ROMANAS DE PORTUGAL.
PROBLEMÁTICA HISTÓRICA E ARQUEOLÓGICA¹**
(Portugal Roman Cities. Historic and archaeologic problems)

VASCO GIL MANTAS (vsmantas@gmail.com)
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
“Proyecto Augusta Emerita y los Inicios de la Provincia
Romana de Lusitania”

RESUMO - São relativamente reduzidas as fontes escritas antigas que aludem às cidades romanas do território português. Esta circunstância negativa contribui para que a arqueologia, nas suas diversas vertentes, tenha uma função essencial no estudo da urbanização romana.

Embora o conhecimento do cenário físico das cidades tenha avançado de forma muito significativa a partir dos finais do século XX, os problemas não resolvidos são ainda muitos, obrigando a rever algumas situações geralmente admitidas. O estudo das cidades e da organização dos seus territórios só pode avançar cruzando todos os dados disponíveis, numa perspectiva interdisciplinar, realçando mais uma vez que história antiga e arqueologia são indissociáveis.

PALAVRAS-CHAVE - romanização; cidades; arqueologia; história; sociedade

ABSTRACT - The ancient written sources addressing the Roman cities of the Portuguese territory are scarce. This drawback contributes to the pivotal role of archaeology, in different forms, to the study of Roman urbanization.

Despite the advancement of the knowledge on the physical scenery of the cities, most notably in the end of the 20th century, many unresolved problems persist, often calling for a revision of prior assumptions. The study of cities and of the organization of its territories can only advance through the crossing of data sources, in a multi-disciplinary approach that highlights the unbreakable bond between ancient history and archaeology.

KEYWORDS - Romanization; cities; archaeology; history; society

Há pouco mais de 40 anos a publicação da obra *Portugal Romano*, da autoria de Jorge de Alarcão², abriu caminho, juntamente com os trabalhos arqueoló-

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto UID/ELT/00196/2013, financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Alarcão 1973. Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo.

gicos desenvolvidos em Conímbriga e em Braga³, a uma nova fase no estudo da romanização de Portugal. Uma revisão, mesmo rápida, da referida obra permite apreender o quanto a arqueologia portuguesa progrediu na área particularmente difícil quanto aliciante da investigação histórica que é a das cidades romanas, atendendo à raridade dos testemunhos escritos sobre a vida urbana no actual território português, em grande parte reconstituída a partir de dados arqueológicos e epigráficos.

Esta circunstância, aliada à vastidão do tema, obriga, mais do que sugere, a respeitar uma metodologia interdisciplinar para o estudo da rede urbana do período romano nas regiões lusitana e galaica que hoje nos pertencem, divisão espacial que também deve ser considerada a seu tempo quando se analisam as cidades a sul e a norte do Douro. A cidade na Hispânia, ou pelo menos o modelo urbano mediterrânico entendido como elemento essencial de vida civilizada, foi um indiscutível resultado da romanização, decorrente de um cauteloso e longo processo cujo desenvolvimento pleno só se afirmou com o advento do Império⁴, sobretudo no território português. Apesar dos progressos que referimos, estamos ainda muito longe de poder traçar um quadro geral equilibrado do que foram, como foram e de que viveram as nossas cidades romanas.

Uma questão que deve ser imediatamente considerada é a da dualidade a que se encontra sujeito o objecto de estudo, pois deparamos com duas situações que, em grande parte, condicionam o estado actual dos conhecimentos. Com efeito, em determinados casos os sítios urbanos antigos encontram-se desertos ou fracamente habitados, como São Salvador de Aramenha (*Ammaia*) ou Idanha-a-Velha (*Igaedis*), o que facilita os trabalhos de campo, desde que existam. O mesmo não acontece quando as cidades da época romana persistiram, ainda que com fortuna diversa, como centros populacionais continuamente habitados. Basta recordar as dificuldades suscitadas à prática arqueológica em cidades como *Aeminium* (Coimbra) ou *Olisipo* (Lisboa), cujo conhecimento se vai obtendo pontualmente e nem sempre da melhor forma. Devemos, portanto, para além do uso das fontes escritas antigas, entender que o estudo das cidades romanas compreende acções em meio urbano, quase sempre designadas especificamente como arqueologia urbana, e outras em áreas livres de constrangimentos físicos.

O estudo das cidades romanas evoluiu significativamente ao longo do século XX, quer do ponto de vista da metodologia, naturalmente, quer no tocante ao paradigma dominante. Na verdade a arqueologia progrediu do interesse pelo objecto, ainda dominante no século XIX, para o estudo do sítio, terminando por alargar a investigação à paisagem envolvente. Neste processo, gradualmente interdisciplinar e longe de se encontrar terminado em Portugal, fez-se sentir a influência dos modelos, físicos, herdados de escavações como as de *Pompeios*,

³ Alarcão e Étienne 1974-1979; Delgado, Martins e Lemos 1989: 3-4.

⁴ Abascal e Espinosa 1989: 20-90.

e teóricos, na linha da classificação tipológica das cidades elaborada por Max Weber⁵. Os modelos, embora necessários, devem ser considerados de forma relativa, como a escavação de cidades romanas no Norte de África, que Ferreira de Castro e Albert Camus interpretaram da mesma forma negativa⁶, ou os trabalhos um pouco apressados realizados em *Ostia* pela arqueologia fascista, vieram demonstrar, pondo em causa o estereótipo de cidade romana inspirado pelas escavações pompeianas e pelas teorias estéticas de Winkelmann. Como acabou por se aceitar, cidades como *Pompeios* e *Ostia* diferem grandemente, o que reflecte a existência de uma tipologia urbana muito vasta⁷.

Ainda no âmbito desta problemática devemos considerar a questão do urbanismo provincial, condicionado por factores históricos e sociais, obrigatoriamente divergentes consoante as regiões. Uma cidade lusitana dificilmente corresponderia, por exemplo, às cidades das províncias orientais, ainda que o seu equipamento essencial correspondesse ao que se encontra naquelas e mesmo que o seu traçado urbano, no caso de fundações ou refundações respeitasse o modelo ortogonal itálico. Deparamos assim com um problema de escala, nem sempre devidamente acautelado quando se estuda a civilização romana e a projecção nas províncias dos modelos dominante⁸, sobretudo os da capital imperial e de uma meia dúzia de grandes cidades do mundo romano (Fig.1). Daqui resulta obrigatório admitir uma unidade ideal, a alcançar através de um modelo reconhecido, mas cuja aplicação se revela quantitativa e qualitativamente diversa.

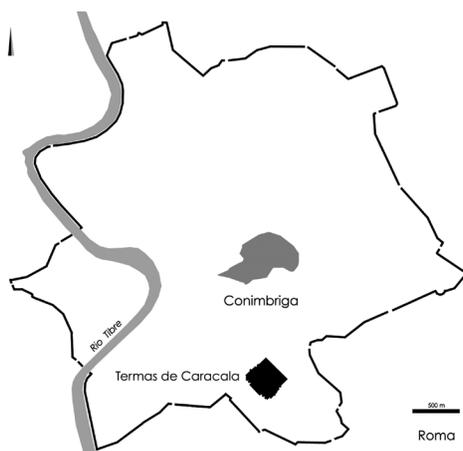


Figura 1. A diferença de escalas: Roma, Conímbriga e as termas de Caracala.

⁵ Weber 1982.

⁶ Castro s/d: 39; Camus 1950: 39.

⁷ Reynolds 1988: 15-51.

⁸ Alarcão 2006: 175-188.

Assim, sem se afastarem do referido modelo urbano constata-se a discreta dimensão das cidades romanas do território português, na maioria com uma população residente inferior a 4000 habitantes, aliás sempre de difícil cálculo⁹, o que não significa inferioridade nata, antes o resultado de uma resposta adequada às funções que estas cidades deviam exercer no ambiente socioeconómico em que se inseriam. É certo que, em termos físicos, se encontram muito abaixo da dimensão média das cidades de outras províncias ocidentais, como as da Gália¹⁰, sem que esqueçamos o facto de que, em certas regiões da Hispânia, os povoados indígenas mostram superfícies superiores às das cidades, reafirmando a relatividade do factor quantitativo no que toca ao número de habitantes, revelando a natureza essencialmente administrativa da maioria dos centros urbanos do período romano.

Como estudo interdisciplinar que é, a arqueologia das cidades romanas, entendida globalmente, apoia-se nos contributos facultados por diversas áreas científicas, segundo uma metodologia inclusiva subordinada aos fins estabelecidos pela investigação. Isto não significa que sempre se recorra à totalidade do leque de disciplinas disponíveis, progressivamente presentes com o alargamento do objectivo final da investigação. Distinguiremos a arqueologia propriamente dita, empenhada prioritariamente através da escavação no estudo dos vestígios materiais da cidade e na sua interpretação, como por exemplo o forum de *Aeminiunum* ou do aqueduto de *Ebora*, estudo que exige recurso a diversas disciplinas¹¹. O arqueólogo polivalente e positivamente seguro das suas conclusões, normal no século XIX, é hoje impossível¹², dada a complexidade das matérias envolvidas, obrigando a uma ou mais especializações no âmbito da disciplina arqueológica, o que não dispensa uma base generalista sólida, ou seja, é possível não saber fazer alguma coisa, mas é necessário saber que ela existe e qual a sua utilidade. A variedade de materiais provenientes da escavação de uma cidade desde logo sublinha este aspecto e a necessidade de uma equipa pluridisciplinar.

Elemento fundamental para o estudo das cidades romanas é a epigrafia, tanto mais que as restantes fontes escritas antigas são raras, repetitivas e lacónicas. A epigrafia permite reconstituir, dentro de certos limites, a estrutura social das cidades, o tipo de população, o seu grau de cultura e de latinização, sem esquecer os aspectos económicos, políticos e administrativos. Como, de outra forma, poderíamos saber que *Conimbriga* teve um patrono em Roma no período júlio-cláudio¹³, ou que, em *Mirobriga*, nos arredores de Santiago do Cacém, se realizava um festival em honra de Esculápio (*IRCP* 144), se não

⁹ Mantas 2012: 97-125.

¹⁰ Goudineau 1980: 259-261.

¹¹ Carvalho 1988: Bilou 2010.

¹² Alarcão 1999: 7-13.

¹³ Panciera 2003: 368-374.

fossem os testemunhos epigráficos de tais realidades? Por outro lado, a epigrafia não limita a informação aos aspectos superiores da vida urbana, como provam tantos humildes grafitos provenientes do mundo do trabalho, como marcas cerâmicas ou *tituli picti*, umas e outros indicadores imparciais de redes comerciais, eventualmente identificáveis ou sugeridas na antroponímia urbana, em particular através da abundante epigrafia relacionada com os libertos¹⁴. A propósito do valor da epigrafia como elemento de estudo essencial recordamos aqui um texto de André Malraux, homem de acção e de discurso, na boa tradição homérica: “O arqueólogo amador sempre me deu vontade de rir. O outro também, às vezes. Repito que não se pode fazer nada de aproveitável sem as inscrições. Se pudermos levá-las mostrá-las-emos aos que sabem bem sabeu”¹⁵.

Um aspecto importante dos estudos epigráficos relaciona-se com a toponímia urbana. Foi uma epígrafe publicada por Leite de Vasconcelos em 1935 que permitiu identificar *Ammaia*, cidade até então localizada em Portalegre, com as ruínas situadas em São Salvador de Aramenha, perto de Marvão¹⁶. Recentemente, uma ara achada em Viseu contribuiu com um novo e significativo argumento para reconhecer que o nome antigo da cidade seria, como ocorre nas moedas visigóticas e sempre defendemos, *Veseo* / *Beseo*, pois tudo leva a crer que o topónimo deriva afinal do teónimo *Vissaieigo* (Fig.2), o que obriga a reconsiderar outras identificações propostas¹⁷.

Mesmo quando não se levantam problemas de identificação, ainda muito numerosos, pois basta recordar que, das 32 *mansiones* indicadas para o território português da Lusitânia nas fontes itinerárias antigas, apenas se encontram firmemente identificadas pouco mais de metade¹⁸, o estudo da toponímia urbana permite compreender melhor a cronologia da história urbana, nomeadamente o momento da sua fundação ou refundação, como acontece com o grupo de cidades distinguidas com o gentílico *Iulia*, das quais *Felicitas Iulia Olisipo*, *Pax Iulia* e *Liberalitas Iulia Eborac* se devem atribuir a Octaviano, considerando que os elementos *Felicitas*, *Pax* e *Liberalitas* são característicos da propaganda do primeiro imperador, apontando para um acto político anterior a 27 a.C., ainda que a designação *Pax Augusta*, atribuída por Estrabão a Beja¹⁹, sugira uma posterior mudança de estatuto.

¹⁴ Encarnação 1990: 405-406.

¹⁵ Malraux 1995: 110.

¹⁶ Leite de Vasconcelos 1935: 5-9.

¹⁷ Fernandes 2008: 185-189; Encarnação 2013^a: 125-126.

¹⁸ Mantas 2014: 233-234.

¹⁹ Estrabão 3.2.15.



Figura 2. A ara consagrada a *Vissaieigo*, divindade tutelar da antiga Viseu.

A numismática, apesar das cunhagens urbanas do período romano no território português serem raras, pode fornecer informações interessantes, e não apenas através do estudo da circulação ou dos centros emissores como indicadores económicos e de relações, neste caso sobretudo no que se refere à totalidade da massa monetária em circulação ao longo dos séculos. Entre as poucas emissões da responsabilidade de cidades romanas em Portugal distinguimos as de *Imperatoria Salacia* (Alcácer do Sal), cidade que ostenta uma típica denominação tardo-republicana, na qual o segundo elemento, concorde com a figura no anverso de uma das referidas moedas, Neptuno, alude à deusa *Salacia*, divindade marítima parecida do deus²⁰, obrigando a repudiar a pretendida relação com a exploração do sal na região. Como veremos, as emissões comemorativas de *Pax Iulia* e de *Ebora* constituem também elementos importantes na discussão sobre a evolução do estatuto jurídico destas cidades²¹.

Podem parecer estranho que o estudo das cidades romanas se possa apoiar também na arqueologia subaquática, entendido o termo na sua expressão mais

²⁰ Mantas 2010: 211-213.

²¹ Faria 2002: 175-178.

lata. Como J. Parker defendeu, a salvação para a história económica da Antiguidade só pode encontrar-se no mar²², o que é hoje uma realidade confirmada. Quer isto dizer que, apesar das alterações geomorfológicas que incidiram sobre os portos romanos do nosso território, como o de *Ossonoba* (Faro), fazendo que as áreas portuárias se encontrem hoje em terra, são possíveis achados como o fundeadouro no Cais do Sodré, em Lisboa. O resultado da investigação ao largo, recuperando testemunhos que são fontes primárias das actividades marítimas urbanas²³, com especial destaque para os materiais anfóricos, contribui para elucidar questões que outros vestígios em terra, arqueológicos e epigráficos, hajam suscitado. Muito há a esperar da investigação, com os actuais meios de pesquisa no mar, como os ROV e os UAV (*Remote Operated Vehicles / Unmanned Underwater Vehicles*) e os Sonares de última geração, deste ramo da arqueologia, obrigatória num país com o historial marítimo de Portugal e com uma costa de grande potencialidade, mesmo no que toca à navegação antiga.

Não poderíamos deixar de aludir ao contributo, frequentemente mais referido que utilizado, da teledetecção aérea e espacial. Difícil do ponto de vista técnico e bastante cara, alguns anos atrás, a teledetecção ou detecção remota, conforme as expressões francesa ou anglo-saxónica, encontra-se hoje facilitada, pelo menos no que se refere ao acesso a fotografias aéreas e a imagens de satélite, principalmente quando se trata de um patamar inicial de prospecção arqueológica. A fotografia aérea deve ser utilizada de uma forma táctica, para analisar uma *villa* ou uma cidade, reservando-se às imagens de satélite (cenas) um uso estratégico, na análise de grandes espaços, como o território de uma cidade, ainda que a grande resolução das imagens agora disponibilizadas permita dispensar o recurso aos fotografias desde que não se verifiquem alterações significativas na paisagem urbana ou rural. Basta examinar uma fotografia aérea de Braga ou dos campos de Santarém, dos anos cinquenta do passado século, para se apreender de imediato a essência do problema.

É evidente que as imagens de satélite não são simples fotografias aéreas, como as do insubstituível voo americano de 1958, possibilitando uma série de operações de análise exigindo mais do que um simples estereoscópio. O recurso à teledetecção espacial faz parte da panóplia dos sistemas de informação geográfica (SIG / GIS), incluindo procedimentos computacionais que exigem elevada especialização²⁴. Ambas as modalidades são valiosas para analisar traçados urbanos, como em Beja, Évora e Braga²⁵, permitindo localizar monumentos camuflados na malha urbana, como poderá ser o caso do anfiteatro de *Olisipo*²⁶, ou ainda

²² Parker 1973: 363.

²³ Blot 2003.

²⁴ Wiseman e El-Baz 2007.

²⁵ Mantas 1990: 75-88.

²⁶ Martins 2014: 162-173.

para investigar a organização do território de uma cidade, nomeadamente a existência de sistemas cadastrais romanos como os de *Ebora* ou *Scallabis* (Santarém).

Nos últimos anos desenvolveram-se diversos métodos de prospecção geofísica, eficientes e não intrusivos, com diversas vantagens, entre as quais a de possibilitarem a selecção de áreas para escavação ou a confirmação de hipóteses quanto a determinado traçado urbano. Especialmente útil, mas não exclusivamente, em áreas pouco construídas, permite grande economia de tempo e de meios, circunstância sempre relevante no campo da investigação arqueológica. Destacamos aqui o recurso ao Georadar, ou *Ground Penetrating Radar* (GPR), utilizado com grande êxito nas ruínas de *Ammaia*, onde foi possível confirmar a ordenação fundamental da malha urbana e estabelecer o traçado dos arruamentos²⁷. Devemos sublinhar, todavia, que estes trabalhos, apesar de permitirem identificar edifícios e arruamentos, não dispensam o controlo dos resultados através de sondagens, uma vez que não é possível definir a cronologia das estruturas identificadas. Como o que se obtém são plantas, as belas reconstituições em 3D que se divulgam, como as de *Ammaia* ou de *Bracara*, devem ser consideradas cautelosamente, mais como uma sugestão do que uma realidade, mesmo virtual.

O que dissemos sumariamente sublinha a indiscutível interdisciplinaridade do estudo das cidades romanas, na base do qual estarão sempre as fontes escritas, históricas, literárias e geográficas, mesmo como no caso português em que elas são reduzidas. Na verdade, é da combinação entre a história, baseada nos documentos escritos, e a arqueologia, nas suas diferentes vertentes, que é possível conhecer melhor o passado urbano, sublinhando que a história, neste caso, não passa sem o contributo da arqueologia. O historial das cidades romanas de Portugal resume-se, quase sempre, à simples ocorrência do topónimo em obras de índole geográfico ou corográfico, caso de Estrabão, Plínio-o-Antigo ou Ptolomeu. Porém, por muita limitada que seja a informação que estas fontes ainda possam facultar depois de séculos de exegese, não há dúvida que representam o ponto de partida para a investigação. Problemas? Ainda muitos. A referência na obra de Estrabão a *Moron*, cidade no vale do Tejo²⁸, continua a ser discutida, enquanto um obscuro manuscrito de Plínio-o-Antigo, que existiria em Toledo, refere um *Oppidum Vacua* a situar no Cabeço do Vouga²⁹, o que não simplifica a solução do *ubi* de *Talabriga*. E onde fica exactamente o *Portus Hannibalis*³⁰, referido por Mela? Poderíamos alargar estes exemplos, mas cremos suficiente o que pretendemos demonstrar.

O cenário urbano no período romano em Portugal conheceu alterações, pois

²⁷ Corsi e Vermeulen 2012: 47-126.

²⁸ Estrabão 3.3.1.

²⁹ Mantas 1996: 1 618-624.

³⁰ Pompónio Mela 3.7.

a criação de uma rede urbana, imprescindível à administração civil do território, não foi um processo homogêneo em termos cronológicos e em termos jurídicos. Plínio-o-Antigo indica para o que hoje é Portugal várias dezenas de *populi*, cuja organização como *civitates* se concentrava esmagadoramente a sul do Douro, onde o naturalista indica 27 entidades políticas, a que devemos acrescentar uma referência indirecta a *Ammaia*, parte das quais estão na época ainda longe de plenamente desenvolvidas, pois com excepção de *Pax Iulia*, *Scallabis*, *Olisipo* e das cidades alentejanas dotadas com o *Latium minus*, todas as demais são consideradas estependiárias³¹, ainda que Alicia Canto proponha que todas cidades assim classificadas possuam estatuto municipal³². Os condicionalismos geográficos e culturais existentes no território, evidenciados na carta política pliniana (Fig.3), explicam em parte a evolução da dinâmica urbanizadora romana, pragmática acima de tudo. Com efeito, excluindo *Bracara*, a que se juntará posteriormente *Aquae Flaviae* (Chaves) e *Tongobriga* (Freixo), esta respondendo a uma dinâmica diferente³³, a região nortenha parece não ter conhecido outros centros urbanos significativos, ainda que *Cale* (Porto) se mantenha como uma forte possibilidade.



Figura 3. As cidades de estatuto romano no território português nos inícios do século I.

³¹ Plínio *N.H.* 4.117.

³² Canto 1996: 212-243.

³³ Dias 2013: 113-126.

Que é então uma cidade romana? Como dissemos antes, não cuidaremos das povoações da Idade do Ferro, independentemente das dimensões ou funções exercidas, limitando a análise às cidades que os romanos entendiam como tal. Com é sabido, muitas das cidades romanas foram criadas sobre povoados indígenas, obrigando a pôr de lado a teoria da atlantização do povoamento na época romana, contrariada pelo bom senso arqueológico do geógrafo Orlando Ribeiro, circunstância que ilumina sem necessidade de maior desenvolvimento uma questão que a toponímia resolve facilmente³⁴. Quando tratamos de cidades romanas devemos distinguir as cidades integradas na ordem jurídica romana, hierarquizadas de acordo com um processo promocional. Estas são as verdadeiras cidades romanas, divididas entre nós por colónias, municípios e *oppida latini*.

A questão, porém, não se resolve tão facilmente, pois estas categorias envolvem complicadas questões de estatuto. Ficavam de fora, mas aguardando uma promoção prevista, as cidades peregrinas dotadas de funções de capitalidade, regidas por magistrados indígenas e por isso ainda à margem da legislação urbana romana, como a maior parte das estipendiárias indicadas por Plínio. Embora a hipótese de Alicia Canto simplifique o problema, considerando todas as cidades não coloniais como *municipia*, a verdade é que a presença de magistrados romanos não ocorre simultaneamente em todas estas cidades, o que, pelo menos, sugere um processo evolutivo no que toca à sua condição jurídica. O caso de *Capara* (Ventas de Cáparra) na Lusitânia, onde um duúviro fora anteriormente *magister* parece-nos significativo quanto a este aspecto do problema³⁵.

Devemos, portanto, distinguir as cidades romanas *stricto sensu*, das cidades “à romana”, ou seja, povoações de maior ou menor importância, dotadas de um órgão de governo, usualmente quatro *magistri* evocando os duúviro e edis das cidades romanas, e contando com monumentos públicos, incluindo *fora*. Era esta a situação de *Conimbriga* e de *Igaedis*, admitindo ser este o nome da capital dos *Igaeditani*, no tempo de Augusto. Acontece também, e a arqueologia tem sido pródiga em confirmar tal facto, que povoações de categoria inferior, simples *oppida* ou *castella*, mostrem uma romanização formal, através da construção de monumentos característicos dos centros urbanos. Como estes povoados se encontravam com frequência dependentes das *civitates*, não encontramos edifícios administrativos regulares, mas não faltam tentativas de normalização dos arruamentos e um ou outro modesto monumento.

É o que se verifica no povoado castrejo de Monte Mozinho, no concelho de Penafiel, onde no final do século I se abriu um longo arruamento rectilíneo até à última linha de muralhas no topo do povoado, que tem cerca de 20 hectares de superfície, e se edificou um monumento religioso, com toda a probabilidade um

³⁴ Ribeiro 1977: 80.

³⁵ Cerrillo 2001: 155-164.

pequeno templo consagrado a Júpiter³⁶. De referir que as construções no exterior da segunda muralha são quase todas de planta quadrangular, enquanto na zona central do povoado predomina a planta circular, tradicional. Quanto às muralhas, também do século I, não teriam, tal como a primeira muralha de *Conimbriga*, nenhuma função defensiva, contribuindo para prestigiar a povoação. No conjunto trata-se de uma exuberante demonstração do impacto dos modelos urbanos romanos no mundo castrejo por altura do grande desenvolvimento do Noroeste por iniciativa dos imperadores flávios (Fig.4).

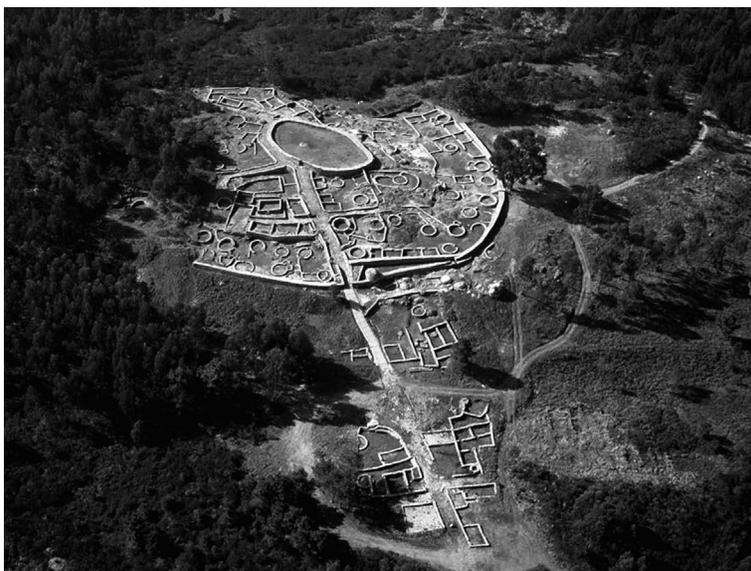


Figura 4. Fotografia aérea do povoado castrejo de Monte Mozinho (Penafiel).

O estudo do que normalmente se designa como aglomerações secundárias levanta problemas complicados, que em parte se modificam de acordo com a região onde elas se situam. Alguns destes povoados, numerosos a norte do Douro³⁷, são de dimensões razoáveis, caindo na categoria de *vici*, quando de origem romana ou profundamente romanizados. Muitos deles tinham funções económicas relevantes, como os *vici* de Tróia, ou de *Abelterium* (Alter do Chão), o primeiro ligado à produção de preparados piscícolas, o segundo como *mansio* da principal via de ligação entre *Olisipo* e *Emerita*. Muitas destas povoações dependiam administrativamente das cidades, mas tal nem sempre aconteceria, como no caso dos *pagi*, espécie de cantões rurais, normalmente desprovidos de centros de tipo urbano. Sem querermos desenvolver esta temática, pensamos não

³⁶ Almeida 1980: 51-56; Soeiro 1998: 11-22.

³⁷ Alarcão 1995: 387-401.

ser certo que as *civitates* cobrissem inteiramente o território, de forma contígua, constituindo *vici e pagi*, em certos casos, enclaves territoriais apenas, relacionados com uma cidade para efeitos fiscais, como no caso dos *adtributi*, o que é sugerido por uma epígrafe de Santiago da Guarda (Ansião) informando que os *vicani* deviam satisfazer os impostos no município vizinho³⁸. Qual?

Voltemos às cidades e à sua arqueologia. Os romanos introduziram na Hispânia o conceito de cidade capital, perfeitamente de acordo com a mentalidade política que lhes foi própria e que Virgílio tão bem caracterizou³⁹, reflectida na hierarquia urbana que se estende da capital da província até ao povoado com alguma responsabilidade administrativa, constituindo uma autêntica cadeia de comando com obrigações e privilégios perfeitamente definidos. A função administrativa é, portanto, a finalidade essencial da cidade romana, o que faz que cidades relativamente pequenas detenham mais poder que outros centros populacionais maiores e mais ricos. Antes de caracterizarmos alguns tipos específicos de centros urbanos romanos em Portugal devemos recordar que muitos deles resultaram da romanização de antigos povoados da Idade do Ferro, como já referimos a propósito da toponímia. Acontece, todavia, que algumas cidades foram fundadas de raiz ou resultaram de uma operação urbana que fez desaparecer por completo, ou quase, as estruturas anteriores.

Apontaremos alguns casos melhor conhecidos desta revolução urbana. A cidade de *Ammaia* é um bom exemplo da primeira situação, mostrando uma planta ortogonal muito regular, executada num local onde não há testemunhos pré-romanos, ainda que se possa discutir a cronologia da mesma, não da cidade, que remontará a Augusto, pois as escavações na Porta Sul puseram a descoberto estruturas romanas mais modestas e com diferente orientação⁴⁰. Na mesma situação, em resultado de uma invulgar iniciativa fundacional⁴¹, está a cidade de *Bracara Augusta*, dotada de uma planta que na origem recorda a das fundações augustanas de 25 a.C., como Aosta⁴².

No segundo caso podemos recordar *Pax Iulia* ou *Ebora* (Fig.5), cidades remodeladas urbanisticamente, a ponto de, até data recente, se ter considerado Beja uma cidade de fundação romana. Quanto às numerosas situações em que a romanização não alterou significativamente a trama original, podemos, talvez, deduzir que o processo diferiu ou que os objectivos não justificavam uma renovação completa. Foi o que aconteceu em *Conimbriga*, onde os eixos de circulação do povoado da Idade do Ferro se mantiveram como elementos orientadores

³⁸ Encarnação e Monteiro 1994-1995: 295-302.

³⁹ Virgílio *Aen.* 6.847-853.

⁴⁰ Pereira 2009: 60-77.

⁴¹ Martins 2004: 149-173; Morais, 2013, 34-46.

⁴² Wheeler 1964: 42-43.

do urbanismo romano⁴³, o que parece opor-se à hipótese da população ter sido então reforçada através de um qualquer sinecismo.



Figura 5. Esboço do urbanismo de *Liberalitas Iulia Ebora* e das principais vias romanas que partiam da cidade: 1 - Forum; 2 - Termas; 3 - Aqeduto; 4 - *Kardo*; 5 - Decumanus; 6/8 - Vias (FAP 1971 4634).

Apesar da existência de um modelo teórico, ditado por razões políticas e culturais evidentes, reflexo da procurada identidade comum do mundo romano, as cidades distinguiam-se pelas características impostas pela implantação geográfica e funções subsidiárias que desenvolviam, as quais constituíam com frequência a base da vida económica e da estrutura social das mesmas. No caso português devemos distinguir em primeiro lugar as cidades marítimas ou flúvio-marítimas, cuja vida se centrava nas actividades relacionadas com o mar, nas múltiplas facetas de produção e transporte, relacionando-se com idênticos centros portuários, próximos ou distantes, e contando na população, por vezes mesmo entre a camada superior, numerosos libertos. Podemos indicar, como exemplo *Ossonoba*, cidade de planeamento regular e implantação quase peninsular⁴⁴, ou *Salacia*, descendo a encosta até ao Sado e mantendo o seu centro urbano no topo, afastado do rio⁴⁵, circunstância que se repete noutras cidades antigas deste grupo, como *Myrtilis* (Mértola). O principal porto lusitano, acerca do qual se vai

⁴³ Correia e Alarcão 2008: 121-136.

⁴⁴ Mantas 1993: 516-523.

⁴⁵ Faria 2002: 66.

acumulando finalmente informação que permite ultrapassar incertezas, *Olisipo*, é um bom exemplo de uma cidade marítima de urbanismo renovado, com uma extensa área ribeirinha ocupada por actividades de tipo industrial e possuindo, junto ao esteiro do rio Tejo que limitava a área propriamente urbana a ocidente, um importante conjunto monumental, construído sobre um criptopórtico, de identificação ainda indecisa⁴⁶.

Algumas cidades, pela sua posição privilegiada na travessia de rios, funcionaram como cidades-ponte, que garantiam a travessia em qualquer época do ano. Quase sempre centros viários de primeira importância, conservaram esta característica ao longo da história, como sucedeu com *Aeminium* (Fig.6), onde a ponte de travessia do Mondego foi sendo reconstruída regularmente e sempre desempenhou um papel essencial no sistema de comunicações português⁴⁷. Outra cidade com características semelhantes, justificando a construção de duas pontes na época romana (*CIL* II 2477=5616, 2478), é *Aquae Flaviae* (Chaves), onde a segunda das pontes, construída no tempo de Trajano, constitui um dos mais perfeitos exemplares sobreviventes da pontística romana na Hispânia⁴⁸. Mas *Aquae Flaviae*, a segunda grande cidade do Noroeste em território português e cujo topónimo reflecte uma evidente promoção municipal flaviana, possuía outra mais-valia na qualidade das suas águas, que levou à construção de um imponente edifício termal, cujas ruínas foram recentemente escavadas⁴⁹. O valor das águas termais na antiguidade romana é conhecido, sublinhado quer pelas imponentes ruínas que nos ficaram, quer pelas vinhetas com que os centros termais são representados na famosa *Tábua de Peutinger*⁵⁰.

Outras cidades, para além das suas funções de capitalidade, aumentadas pela fraca urbanização de certas regiões, desenvolveram actividades de relevo como centros de mercado, funcionando como polos de atracção das populações indígenas, gradualmente inseridas no estilo de vida romano, mesmo que provincial, baseado na observação de certas práticas sociais e no uso alargado de uma economia monetária. Por isso os mercados (*macella*), mal conhecidos no território português, tiveram uma importante função urbana. Destacamos deste grupo de cidades-mercado o principal centro romano no Norte português, individualizado também por outros aspectos e apesar das dúvidas que subsistem quanto ao seu estatuto, a cidade de *Bracara*, centro de uma vasta região ocupada por povos desprovidos de cidades. As actividades comerciais de *Bracara*, conhecidas e bem estudadas⁵¹, justificaram a presença na cidade de uma colónia de

⁴⁶ Mantas 2003: 13-29.

⁴⁷ Alarcão 2013.

⁴⁸ Fuentes 2005: 169-176.

⁴⁹ Carneiro 2013: 793-802.

⁵⁰ Chevallier 1972: 23-30; Pérex Agorreta / Rodríguez Morales 2011: 153-170.

⁵¹ Morais 2005.

comerciantes romanos, activos na época de Cláudio⁵², quando a rota atlântica para o norte redobra de importância com as operações militares na Britânia. Também em Braga se registou um dos poucos mercados que se conhecem em Portugal (*CIL* II 3570).



Figura 6. Fotografia aérea de Coimbra (*Aeminium*): 1 - Localização da ponte romana e medieval; 2 - Forum (foto de Filipe Jorge).

Um caso curioso do urbanismo romano em Portugal é o de *Mirobriga*, que alguns arqueólogos ainda hesitam em identificar com as ruínas de Castelo Velho, nos arredores de Santiago do Cacém. Pouco se conhece da área habitacional da cidade, cuja estrutura dispersa, à margem de um plano regular, parece ter sido determinada pela colina do forum. Esta circunstância levou Fernando de Almeida a considerar o conjunto como um santuário, um pouco à imagem dos grandes santuários gauleses, como o de Sanxay. Mas esta opção chocava com a aceitação de que *Mirobriga* era uma cidade⁵³. Como as escavações têm incidido nas áreas monumentais subsistem muitos problemas⁵⁴, mas cremos estar perante uma cidade de limitada população, cuja função principal seria de natureza religiosa, destacando-se o culto de Esculápio e de Vénus, provável *interpretatio* de cultos púnicos anteriores à romanização. A existência de um circo de razoáveis dimensões parece justificar-se pela realização do festival religioso que já referimos, o qual atrairia numerosos peregrinos. Outro aspecto a considerar é o da complementaridade, em termos económicos, com outras povoações, neste caso

⁵² Alföldy 1966: 363-372.

⁵³ Almeida 1964.

⁵⁴ Barata 1998.

o porto de Sines, como no caso de *Salacia* era o *vicus* industrial de Tróia. Casos como estes podem explicar as disponibilidades financeiras de pequenas cidades, em especial as despesas sumptuárias e os gastos com construções.

Do que dissemos depreende-se que o estudo de uma cidade romana não pode ignorar o seu especial enquadramento geográfico e as actividades desenvolvidas no seu território, no qual devemos incluir o mar, quando for o caso, pois como era normal na antiguidade, muita da riqueza urbana era criada fora da cidade, sem que queiramos defender a velha teoria da cidade consumidora e parasita que tão em voga esteve na historiografia romana décadas atrás. Por outro lado, há que distinguir entre a arqueologia de cidades como *Conimbriga*, onde os condicionalismos operacionais são limitados, ou cidades como Faro ou Lisboa. A arqueologia em meio urbano, não arqueologia urbana, conta com um enorme historial de oportunidades perdidas. Se a vergonhosa e continuada destruição das ruínas de *Balsa*, nos arredores de Tavira⁵⁵, que tivemos oportunidade de confirmar em visita recente, representa talvez o caso mais lamentável deste aspecto negativo da política patrimonial portuguesa, tratando-se de um sítio marítimo que podia facilmente ter sido preservado (Fig.7), outras situações, neste caso em meio urbano, ilustram as dificuldades que se levantam. Cidades como Braga e Tomar⁵⁶, cujas áreas urbanas antigas estavam nos anos 70 e 80 do século passado largamente livres de construções acabaram por ver muitos desses vestígios destruídos, apesar do meritório trabalho de registo arqueológico efectuado. Podemos dizer o mesmo de Coimbra, tantas têm sido as situações de destruição verificadas no interior da área urbana antiga. Quanto a Lisboa, os enormes trabalhos de renovação urbanística, nomeadamente a construção dos túneis do metropolitano, que poderiam ter contribuído para esclarecer muitos problemas lisiponenses, sobretudo na zona ribeirinha, só muito pontualmente concorreram com dados novos.

É habitual relacionar os modelos urbanos com o estatuto das cidades, considerando-se que grandes alterações urbanísticas correspondem, ou podem corresponder, a alterações de estatuto. É bem conhecida a relação entre a promoção flaviana de *Conimbriga* e a construção do santuário do culto imperial que substituiu a segunda versão do fórum. O mesmo indício de uma alteração semelhante pode identificar-se nas ruínas de *Ammaia*, onde a Porta Sul da muralha foi reconstruída nos inícios do século II. Mas o problema não é tão simples, pois o urbanismo romano nem sempre coincide com um determinado estatuto também romano. No território português, até à concessão da cidadania generalizada por Caracala, encontramos três situações perfeitamente definidas: direito itálico⁵⁷,

⁵⁵ Silva 2007. Está em curso presentemente (2016) um estudo de impacte, com recurso a prospecção geofísica e pesquisa arqueológica terrestre e subaquática, no qual colaboramos.

⁵⁶ Ponte 1986: 43-48.

⁵⁷ *CIC I: Dig.50.15.8. Refere Emerita e Pax Iulia.*

direito latino e direito local, peregrino. Normalmente atribui-se o alargamento do direito latino à iniciativa de Vespasiano, equivalente à promoção municipal. Este é um dos grandes problemas que pende sobre a história das cidades romanas de Portugal, pois casos há em que a equivalência automática direito latino = municipalização parece difícil de explicar. Se aceitarmos apenas os testemunhos plinianos e epigráficos, resulta muito difícil sustentar esta coincidência, como desde há vários anos vem sublinhando Patrick Le Roux, entre outros⁵⁸.



Figura 7. Vestígios do porto de *Balsa*: 1 - Molhe; 2 - Doca interior ?; 3 - Bacia do porto (IGC 1979 5167).

Julgamos que esta questão poderia ser comodamente adiada, aceitando a hipótese de que todas as cidades atribuídas à tribo Quirina são municípios flavianos, sobretudo quando se lhes conhecem magistrados, relativamente numerosos⁵⁹. Mas a verdade é que esta solução, aceitável em certos casos, choca-se com situações de difícil explicação. Se concordarmos com a equivalência subentendida na municipalização flaviana é muito difícil interpretar casos como o de *Sabora*, na Bética, onde os decuriões de uma cidade atribuída à tribo Galéria solicitaram autorização para construir uma povoação nova, ao que Vespasiano respondeu afirmativamente, permitindo a edificação com o seu nome e devendo ser respeitados os impostos existentes (*CIL* II 1423). Recordamos também que o *Latium Vetus* ou *Antiquum*, concedido a um grupo restrito de cidades, sugere, por alguns

⁵⁸ Le Roux 1995: 83-87.

⁵⁹ Curchin 1990: 135-243.

dos seus aspectos jurídicos, uma fase inicial de inclusão política, bem adaptada ao território português nos finais do século I a.C., incipientemente urbanizado.

As alterações de estatuto também se pressentem claramente através da epigrafia. Se algumas cidades incluem na sua denominação referências ao gentilício imperial pode deduzir-se uma intervenção do governante, normalmente de tipo jurídico-administrativo, como sucede em *Conimbriga* (Fig.8), designada como *Flavia Conimbriga* numa inscrição votiva local⁶⁰. Ora, este facto obriga a questionar não só o estatuto jurídico anterior destas cidades, como a questionar, se não ocorrer uma referência concreta à municipalização, esta mesma qualidade, comprovado epigraficamente num grupo ainda reduzido de cidades. Ainda a propósito de *Conimbriga*, mantemos *sub judice* a epígrafe truncada existente na Ega (*FE 444*), uma vez que o termo *municipium* é apenas uma hipótese, a confirmar. De qualquer forma, se Vespasiano atribuiu o *Latium Vetus* à Hispânia foi porque grande parte das muitas *civitates* existentes não possuíam então outro estatuto se não o de cidades peregrinas. Sublinhamos que o importante é a concessão do direito latino, parecendo-nos o título municipal uma distinção própria do final da evolução de um *cursus honorum* urbano. Lembramos o pedido a Adriano da atribuição do título colonial por parte dos munícipes de *Italica*, perto de Sevilha, distinção meramente honorífica sem grandes efeitos práticos e até alguns inconvenientes, aliás invocados pelo imperador⁶¹. Os casos de *Ammaia* e da *Civitas Igaeditanorum*, bem conhecidos e estudados através da epigrafia, sugerem uma evolução que conduz da cidade peregrina, ao direito latino e finalmente à municipalização⁶².



Figura 8. Árula consagrada a Flávia Conímbriga e aos seus Lares (Museu Monográfico de Conimbriga).

A importância atribuída aos municípios flávios distraiu a atenção dos inves-

⁶⁰ Étienne 1976: 28.

⁶¹ Aulo Gélio *Noct.* 16.13.

⁶² Mantas 2006: 49-92; Guerra 1996: 7-33.

tigadores da acção exercida por Cláudio, a quem se deve a concessão do direito latino, com inclusão na tribo Galéria ou na tribo Quirina, a várias comunidades urbanas, em particular no Sudoeste da Hispânia, entre as quais poderemos incluir *Ammaia* e *Ossonoba*. Transformações de relevo no equipamento urbano de certas cidades sugerem intervenções de ordem administrativa, com possível implicação nos estatutos⁶³. É o caso da renovação dos *fora* de *Conimbriga* e de *Aeminium*, aqui reforçada pelo achado dos retratos de Lívia e de Agripina nos entulhos do criptopórtico. A possibilidade da concessão do direito latino a estas cidades no principado de Cláudio não nos parece impossível, ainda que não o possamos afirmar de forma inquestionável. Talvez um dia a epigrafia permita resolver definitivamente esta aborrecida questão, que de momento exige flexibilidade, espírito aberto e, sobretudo, discussão. Seja como for, não nos parece suficiente a presença de magistrados como duúnviros e edis para garantir o título municipal a uma cidade.

O problema dos modelos tem arrastado a investigação para dificuldades desnecessárias no caso da arqueologia das cidades romanas, apesar de se reconhecer que a romanização é um processo dinâmico e pragmático, adaptado às condições locais, o que levou a considerar erradamente a causa das diferenças existentes entre as regiões meridionais e setentrionais do Portugal romano. Não resultou de uma incapacidade romana ou de uma resistência indígena, antes revela uma política de integração persuasiva, inteligente e eficiente. O mesmo problema se apresenta para as regiões da Beira interior, área onde a inscrição da Ponte de Alcântara (*CIL* II 760) refere 11 *municipia*, cujas capitais aguardam, em muitos casos, uma identificação positiva. E aqui deparamos, mais uma vez, com um problema de escala e de ambiente. Seria absurdo procurar na região, que não era propriamente pobre, cidades como *Ebora* ou *Aeminium*, antes centros políticos e de mercado semelhantes aos *Fora* e *Ventae* conhecidos no Noroeste peninsular ou na Britânia.

Naturalmente as pequenas dimensões destes centros tornam muito difícil a sua identificação, pelo que, em certos casos limite se pode falar de *civitates sine urbe*⁶⁴. Mesmo cidades como *Igaedis* se podem considerar excepcionais neste cenário de fraca urbanização, pois atingiria no período de maior desenvolvimento sete a oito hectares de superfície, superior à área delimitada pela muralha medieval. Para complicar a questão a arqueologia vai registando cidades desconhecidas nas fontes, como sucedeu com a identificação das ruínas de Almo-fala com a capital da *Civitas Cobelcorum*⁶⁵. Símbolos de uma identidade política, mais ou menos herdada do período pré-romano e estabilizada pelo Império, estes centros contavam com um equipamento urbano sumário, no qual o templo

⁶³ Correia 2014: 309-322.

⁶⁴ Guzman 2014: 89-96.

⁶⁵ Frade e Caetano 2002: 227-230.

parece ter constituído o elemento principal⁶⁶. Não cremos que as ruínas de Centum Celas (Colmeal da Torre), perto de Belmonte, representem o forum de *Lancia Oppidana*, mas já aceitamos que as ruínas de Nossa Senhora do Mileu, na Guarda, constituam o remanescente do centro político e comercial da cidade dos *Transcudani*⁶⁷. Seriam estas entidades políticas verdadeiramente *municipia*, como afirma a inscrição de Alcântara, ou devemos considerar tratar-se aqui de uma expressão geral, onde se preferiu utilizar o grau superior?

Estas questões estatutárias não se revelam fáceis e a epigrafia nem sempre ajuda a esclarecê-las. Se em Bobadela temos a certeza da existência de um município (*CIL* II 401), talvez da época de Domiciano, vamos encontrar uma epígrafe dedicada pela *Civitas Aravorum* (Marialva) ao imperador Adriano⁶⁸, o que parece estranho numa época em que se consolidavam estatutos cívicos na região e em que o termo *civitas* não ganhara ainda o sentido amplo que conhecerá no Baixo-Império. Da mesma forma a omissão da indicação do estatuto nas emissões monetárias de *Pax Iulia* e de *Ebora* pode parecer estranha, considerando a raridade das cidades privilegiadas então existentes no território hoje português. Todavia, se a existência de municípios na região beirã se confirma no século II, já o verdadeiro estatuto jurídico inicial de Beja e de Évora não é seguro, podendo resumir-se ao direito latino, como poderá ter sucedido inicialmente em Braga⁶⁹. No fim, os problemas persistem numerosos e exigem uma análise que apesar de ter em conta as realidades regionais se alargue ao que se conhece na Hispânia e noutras áreas ocidentais do Império, privilegiando uma abordagem provincial.

Lembramos ainda o quase total desconhecimento das características físicas das cidades no início do Principado, se abstrairmos de alguns pormenores topográficos e de traçado urbano. O caso de *Conimbriga* é excepcional, mas mesmo assim a primeira interpretação do urbanismo augustano tem sofrido revisões, particularmente significativas no que se refere à estrutura do forum⁷⁰. Em relação a outros sítios importantes, como *Bracara*, *Pax Iulia* ou *Scallabis*, as dúvidas são maiores. A exacta localização do forum bracarense não está ainda perfeitamente definida, enquanto em Beja as escavações demonstram uma evolução bastante mais complexa da área onde Abel Viana localizou o templo do forum⁷¹. Em Santarém, apesar dos meritórios trabalhos desenvolvidos na cidade, as dúvidas quanto às estruturas identificadas na Alcáçova parecem-nos pertinentes⁷², não se conhecendo a localização do forum, num contexto urbano complexo e que

⁶⁶ Carvalho 2003: 153-182.

⁶⁷ Carvalho 2005: 160-161.

⁶⁸ Encarnação 2013: 1-23.

⁶⁹ Le Roux 1994: 229-241.

⁷⁰ Congès 1987: 711-751; Alarcão, Étienne e Golvin 1997 : 49-68.

⁷¹ Lopes 2010: 189-200.

⁷² Arruda e Viegas 2002: 173-178; 2014: 242-255.

se estendia de forma descontínua até ao porto na Ribeira⁷³, por onde passava o *decumanus* da centurição colonial (Fig.9), que na cidade coincide com a rua João Afonso, traçado ainda perfeitamente visível nos fotogramas aéreos (FAP 1980 144060).

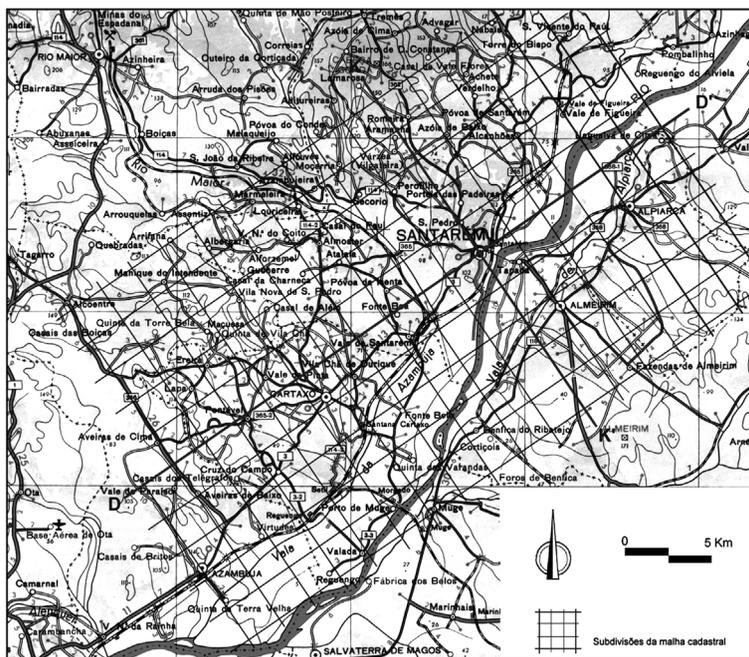


Figura 9. Traçado geral esquemático da centurição da colônia escalabitana.

Da arqueologia das cidades romanas, no seu âmbito mais vasto, faz parte o estudo da relação das cidades com os campos e com a rede viária. Trata-se agora de estudos de arqueologia da paisagem, nomeadamente de centurições e cadastros, bem como da cidade como *caput viarum*. Infelizmente, o estudo dos traços cadastrais romanos em Portugal, que no decurso dos anos 90 do século passado parecia bem encaminhado, deparou com dificuldades inesperadas. Ainda assim, as centurições coloniais de *Pax Iulia* e *Scallabis* são conhecidas nas suas grandes linhas, tal como os cadastros de *Ebora* e *Balsa*, e de forma mais limitada, os de *Conimbriga* e *Bracara*. Nem todos os cadastros têm finalidades colonizadoras (centurições), antes visam fins fiscais, o que parece reflectir-se nas operações de *renormatio* que alguns sofreram, aparentemente no Baixo-Império, e que complicam a interpretação dos traços que se conservaram e que exigem urgente trabalho de campo⁷⁴.

⁷³ Mantas 2012: 175-176.

⁷⁴ Mantas 1996a: 19-22; Gorges 2010: 141-171; Batista, Mascarenhas e Mantas 2010:

O estudo da rede viária e das suas funções ajuda a interpretar a evolução dos centros urbanos tal como a presença de miliários com indicação de distâncias pode contribuir para localizar povoações não identificadas, sem esquecer que muitos desses monumentos se encontram deslocados. Voltamos ao problema de *Talabriga*, cidade que poderia identificar-se comodamente com o Cabeço do Vouga não fosse a indicação de distâncias nos miliários do troço *Aeminium-Cale* da estrada *Olisipo-Bracara* e das que são indicadas no *Itinerário de Antonino*, que impedem tal identificação. Também acontece, e tal facto deve ser tido em conta neste e noutros casos semelhantes, que a *mansio* não se situe precisamente no aglomerado populacional que servia, mas a alguma distância ou mesmo mantendo o topónimo de povoações destruídas, como parece ter sucedido com *Dipo* na via *Olisipo-Emerita*⁷⁵. Quanto à delimitação dos territórios, dada a escassez de *termini*, há que atender à geografia física e, mais uma vez, quando possível, aos miliários e à repartição de inscrições com indicação da tribo, que permitiram identificar um *trifinium* no Alentejo interessando a *Emerita, Ammaia e Ebora*⁷⁶.

Um dos problemas que tem ocupado os investigadores, em parte devido a situação conhecida em *Conimbriga*, é o da evolução das cidades no Baixo-Império e na Antiguidade Tardia, se é que ainda se admite a distinção. Cidades reduzidas, cidades empobrecidas, cidades transformadas, a verdade é que as urbes do século IV são diferentes, sem esquecer que já a partir do século II se dera primazia às termas e aos circos, processo que as escavações e a epigrafia vão confirmando. As grandes transformações que a sociedade romana sofreu a partir do século III, em que a crise foi menos generalizada do que se tem pretendido, provocaram modificações que se reflectem de forma clara nos contextos urbanos no decurso do século IV. Abandono de monumentos públicos, como terá sucedido no fórum de *Seilium* (Tomar), onde se registaram enterramentos na época de Constantino, alterações utilitárias, como no criptopórtico do santuário de culto imperial de *Conimbriga*, transformado em cisterna, ou destruição por incêndio, como no caso do anfiteatro de Bobadela.

Deixando de parte a discussão em pleno desenvolvimento sobre o que se passou em relação à vida urbana entre os séculos III e V, devemos reconhecer que as cidades mudaram de fisionomia, fenómeno que se deve essencialmente às mudanças sociais e ideológicas no Império. A algumas delas não podemos chamar outra coisa a não ser decadência. A insegurança que acompanha a nova situação (serão as muralhas para afastar apenas os bárbaros que se vão instalando ou para afastar bagaudas ou outros?) leva à construção de defesas que agora já não são honoríficas e que, quase sempre, desfalcam as cidades de uma parte importante da área anterior. Casos como os de *Ebora* e *Conimbriga* são

791-802.

⁷⁵ Almagro-Gorbea, Pau Ripollés e Rodríguez Martín 2009: 5-60.

⁷⁶ Plana-Mallart 1995: 235.

bem conhecidos, ainda que com alguns problemas de cronologia em aberto, enquanto outros se revelam, como em *Aeminium* e *Olisipo*, mais complicados⁷⁷, envolvendo o próprio traçado dos muros. A última palavra caberá sempre à escavação, mesmo que aconteça de forma fortuita, como sucedeu com a descoberta da muralha romana de Viseu. A construção destas muralhas ou a sua renovação tardia explica a localização de parte, se não de todas as sedes episcopais do final do domínio romano no território português, assim como das oficinas monetárias do período visigótico.

Convém sublinhar que não é possível interpretar as cidades da época romana sem ter em consideração o seu ocaso na Antiguidade Tardia e a forma como esse processo se desenvolveu, que não foi igual em todas⁷⁸. Por isso, mesmo a consulta de fontes já perfeitamente medievais, como as de origem islâmica, pode facultar informações interessantes para a época romana, como por exemplo a possível referência de al-Himyari à Porta do Ferro, em Lisboa, possível entrada monumental do fórum transformada em porta da Cerca Moura⁷⁹, ou a informação, na crónica anónima de al-Hakam III, provavelmente de Ibn-Hayyan, de que a muralha romano-visigótica de Évora se encontrava em 913 arruinada e fora de condições de defesa⁸⁰. Naturalmente, não devemos limitar esta pesquisa documental apenas às fontes mais antigas, pois se colhe abundante informação em textos posteriores e nem sempre eruditos. Recordamos a epígrafe perdida e que refere a doação das portas e torres da muralha de *Pax Iulia* por Augusto (*FE* 29 131), em 2 a.C., registada num jornal de Beja publicado no século XIX.

Creemos que a nossa intenção de ilustrar as características interdisciplinares do estudo das cidades romanas está assegurada, pois foi essa a finalidade que nos moveu a participar neste Congresso, longe de pretender relatar a evolução da arqueologia em Portugal. Não esqueçamos que, para além das ruínas cada vez mais solitárias das cidades desertas, o que talvez seja uma triste garantia da sua preservação, calcamos com frequência, no dia-a-dia das cidades vivas, restos ignorados, talvez mais fáceis de descobrir em obras urbanas controladas por arqueólogos responsáveis do que em projectos de difícil concretização. Quem se lembraria de que sob uma bonita praça de Chaves se escondia um extraordinário edifício termal (Fig.10), ignorado nos trabalhos antes realizados? Finalmente, numa época de destruições insanas, aliás menos criticadas do que seria de esperar⁸¹, não olvidemos que as pressões económicas do turismo, aliadas a uma

⁷⁷ De Man 2011: 177-183, 202-208.

⁷⁸ Fabião 2009: 25-50.

⁷⁹ Al-Himiari 1938: 22.

⁸⁰ Sidarus 1988: 7-37.

⁸¹ Referimo-nos, naturalmente, ao massacre arqueológico a que se assiste no Iraque e na Síria, onde agora se iniciou a demolição de Palmira, e que poderá estender-se a outras regiões, como a Líbia, onde as ruínas antigas, em especial do período romano, são particularmente

curiosa filosofia da sustentabilidade da cultura, estão a contribuir para abusivas e absurdas requalificações ou reconstruções, transformando ruínas autênticas em pastichos hollywoodescos, de impossível interpretação para a maior parte daqueles a que pretensamente se destinam⁸². É altura de historiadores e arqueólogos repensarem esta situação, assumindo a posição que lhes compete, mesmo que ela resulte incómoda, não confundindo interdisciplinaridade com cedência a interesses de áreas dificilmente consideradas disciplinas científicas.



Figura 10. Ruínas das grandes termas de Chaves em fase de escavação (foto Sérgio Carneiro).

relevantes. A impotência das instituições internacionais, algumas das quais parecem mais interessadas no aumento dos sítios classificados do que na defesa dos já classificados, ficará como marca civilizacional do nosso tempo, incapaz de actuar onde, quando e como é preciso. O futuro julgará de igual forma os que fizeram e os que deixaram fazer.

⁸² Mantas 2008: 147-192.

BIBLIOGRAFIA

- CIC I = *Corpus Iuris Civilis*, Th. Mommsen / P. Krueger, eds. (1954). Berlim.
- CIL II = *Corpus Inscriptio-num Latinarum*, E. Hübner (1869-1892). Berlim.
- FE = *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra.
- IRCP = *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*, J. d'Encarnação, (1984). Coimbra.
- Al-Himyari, *La Peninsule Ibérique au Moyen Age d'après le Kitab al-Rawd al-mitar*, Levi Provençal, ed. (1938). Leida.
- Aulo Gélio, *The Attic Nights of Aulus Gellius*, 2, J. C. Rolfe, ed. (1927). Cambridge (MA).
- Estrabão, *The Geography of Strabo*, 2, H. L. Jones, ed. (1960). Londres.
- Plínio-o-Antigo, *Naturalis Historia*, 1-6, L. Von Jan-Mayhoff, ed. (1967). Estugarda.
- Pompónio Mela, *Chorographie*, A. Silberman, ed. (1988). Paris.
- Virgílio; *Virgil: Aeneid*, 1-6, R. D. Williams, ed. (2002). Londres.

- Abascal, J. M. e Espinosa, U. (1989), *La ciudad hispano romana. Privilegio y poder*. Logronho.
- Alarcão, A., Étienne, R. e Golvin, J.-C. (1997), “Le centre monumental du forum de Conimbriga. Réponse à quelques contestations”, in R. Étienne, F. Mayet (eds.), *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris: 49-68.
- Alarcão, J. de (1973), *Portugal romano*. Lisboa.
- Alarcão, J. de (1995), “Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho”, *Biblos* 71: 387-401.
- Alarcão, J. de (1999), “On archaeological interpretation”, *Journal of Iberian Archaeology* 1: 7-13.
- Alarcão, J. de (2006), “Os modelos romanos e os traslados provinciais na Lusitânia”, in D. Vaquerizo e J. Murillo (coords.), *El concepto de lo provincial en el mundo antiguo*. Córdoba, 175-187.
- Alarcão, J. de (2013), *As pontes de Coimbra que se afogaram no rio*. Coimbra.
- Alarcão, J. de e Étienne, R. (dirs.) (1974-1979), *Fouilles de Conimbriga*. I-VII. Paris.
- Alföldy, G. (1966), “Um cursus senatorial de Bracara Augusta”, *Revista de Guimarães* 76 (3-4): 363-372.

- Almagro-Gorbea, M., Pau Ripollés, P. e Rodríguez Martín, J. (2009), “Dipo, ciudad “tartésico-turdetana” en el valle del Guadiana”, *Conimbriga* 48: 5-60
- Almeida, C. F. de (1980), “O templo do Mozinho e o seu conjunto”, *Portugália* 1: 51-56.
- Almeida, F. de (1964), *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*. Setúbal.
- Arruda, A. e Viegas, C. (2002), “O templo romano de Scallabis”, in *De Scallabis a Santarém*. Lisboa, 173-178.
- Arruda, A. e Viegas, C. (2014), “Santarém durante a época romano-republicana”, *Cira* 3: 242-255.
- Barata, F. (1998), *Miróbriga: urbanismo e arquitectura*. Lisboa.
- Batista, T., J. M. Mascarenhas e V. G. Mantas (2010), “Heritage landscapes in Évora surroundings: a GIS approach”, in A. C. Yildizci, Y. Ç. Seçkin (eds.), *Cultural Landscapes*. Istanbul, 791-802.
- Bilou, F. (2010), *A refundação do aqueduto da Água da Prata em Évora*. Lisboa.
- Blot, M. L. (2003), *Os portos nas origens dos centros urbanos*. Lisboa.
- Camus, A. (1950), *Noces*. Paris.
- Canto, A. (1996), “Oppida Stipendiaria: Los municipios flavios en la descripción de Hispania de Plinio”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología* 23: 212-243.
- Carneiro, S. G. 2013: “As termas medicinais romanas de Chaves”, in J. M. Arnaud, A. Martins / C. Neves (coords.), *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa, 793-802.
- Carvalho, P. (1998), *O forum de Aeminium*. Lisboa.
- Carvalho, P. (2003), “O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural”, *Conimbriga* 42: 153-182.
- Carvalho, P. (2005), “Identificação e caracterização espacial das capitais de civitates da Beira Interior”, in *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*. Guarda, 155-170.
- Castro, F. de (s/d), *A volta ao mundo*, 1. Lisboa.
- Cerrillo, E. (2001), “Capara, município romano”, in J.-G. Gorges, T. N. Basarrate (coords.), *Sociedad y cultura en Lusitania romana*. Mérida, 155-164.
- Chevallier, R. (1972), *Les voies romaines*. Paris.
- Congès, A. R. (1987), “L’hypothèse d’une basilique à deux nefs à Conimbriga et les transformations du forum”, *Mélanges de l’École Française de Rome. Antiquité* 99 (2): 711-751.

- Correia, V. H. e Alarcão, J. de (2008), “Conimbriga: um ensaio de topografia histórica”, *Conimbriga* 47: 121-136.
- Correia, V. H. (2014), “O modelo iconográfico da Minerva de Collippo e a sua importância histórica”, *Humanitas* 66: 309-322.
- Corsi, C. e Vermeulen, F. (coords.) (2012), *Ammaia I: The Survey. A Romano-Lusitanian Townscape Revealed*. Gante.
- Curchin, L. (1990), *The magistrates of Roman Spain*. Toronto.
- De Maan, A. (2011), *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*. Mérida.
- Delgado, M., Martins, M. e Lemos, S. (1989), “Salvamento de Bracara Augusta”, *Forum* 6: 3-41.
- Dias, L. T. (2013), “O momento e a forma de construir uma cidade no noroeste da Hispânia, periferia do Império romano e fronteira do Atlântico”, *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património* 12 (1): 113-126.
- Encarnação, J. d' (1990), “A demografia”, in J. de Alarcão (coord.), *Nova História de Portugal*, 1. Lisboa, 395-408.
- Encarnação, J. d' (2013), “Homenagem da Civitas Aravorum ao imperador Adriano”, *Praça Velha* 34: 1-23.
- Encarnação, J. d' (2013a), “Novidades epigráficas dos conventos Scallabitanus e Pacensis”, in *Tarraco Bienal. Congrès Internacional d'Arqueologia i Món Antic*. Tarragona, 125-133.
- Encarnação, J. d' (2014), “Augusto e a Lusitânia ocidental: uma nótila”, *Studia Historica. Historia Antigua* 32: 197-208.
- Encarnação, J. d' e Monteiro, A. N. (1994-1995), “A propósito de uma inscrição latina em Santiago da Guarda”, *Conimbriga* 32-33: 295-302.
- Étienne, R. et alii (1976), *Fouilles de Conimbriga*, 2, Épigraphie et Sculpture. Paris.
- Fabião, C. (2009), “O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o Pentanummium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da casa do governador da Torre de Belém, Lisboa”, *Apontamentos de Arqueologia e Património* 4: 25-50.
- Faria, A. M. de (2002), “Virtutes e cidades privilegiadas no Ocidente hispânico do século I a.C.”, in J. C Ribeiro (coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa 175-178.
- Faria, J. L. (2002), *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Lisboa.
- Fernandes, L. e Carvalho, P. S. / Figueira, N. (2008), “Uma nova ara votiva de Viseu”, *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* 6: 185-189.

- Frade, H. e Caetano, J. C. (2002), “Os cultos na Civitas Cobelcorum”, in J. C. Ribeiro (coord.), *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa, 227-230.
- Fuentes, M. D. (2005), *La construcción de puentes romanos en Hispania*. Santiago de Compostela.
- Goudineau, Ch. (1980), “Les villes de la paix romaine”, in G. Duby (dir.) *Histoire de le France Urbaine*, 1. Paris, 237-391.
- Guerra, A. (1996), “Ammaia, Medobriga e as ruínas de São Salvador de Aramenha. Dos antiquários à historiografia actual”, *A Cidade* 11: 7-33.
- Guzman, J. O. (2014), “La civitas sine urbe y su función de vertebración en el territorio provincial hispano”, *Pyrenae* 45 (1): 89-110.
- Le Roux, P. (1994), “Bracara Augusta ville latine”, *Trabalhos de Etnologia e Etnografia* 34 (1-2): 229-241.
- Le Roux, P. (1995), *Romains d'Espagne. Cités et politique dans les provinces*. Paris.
- Leite de Vasconcelos, J. (1935), “Localização da cidade de Ammaia”, *Ethnos* 1: 5-9.
- Lopes, M. C. (2010), “O recinto forense de Pax Iulia (Beja)”, in T. Nogales Basarrate (ed.), *Ciudad y Forum en Lusitania Romana*. Mérida, 189-200.
- Malraux, A. (1995), *A rainha de Sabá*. Lisboa.
- Mantas, V. G. (1990) “Teledeteccção e urbanismo romano”, *Geociências* 5 (1): 75-88.
- Mantas, V. G. (1993), “A cidade luso-romana de Ossonoba”, in *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucia*. Córdoba, 501-537.
- Mantas, V. G. (1996), *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, 1-2. Coimbra (dissertação de doutoramento policopiada).
- Mantas, V. G. (1996a), “Teledeteccção, cidade e território”. *Arquivo de Beja* 1: 5-30.
- Mantas, V. G. (2003), “O porto romano de Lisboa”, in J. Ballester (coord.), *Puertos Fluviales Antiguos: Ciudad, Desarrollo e Infraestructuras*. Valência, 13-29.
- Mantas, V. G. (2006), “Cidadania e estatuto urbano na Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha)”, *Biblos* 4: 49-92.
- Mantas, V. G. (2008), “O valor da ruína”, *Biblos* 6: 147-192.
- Mantas, V. G. (2010), “Atlântico e Mediterrâneo nos portos romanos do Sado”, *Revista Portuguesa de História* 41: 195-221
- Mantas, V. G. (2012), *As vias romanas da Lusitânia*. Mérida.
- Mantas, V.G. (2013), “População e mobilidades nas cidades romanas de Portugal”, in A. Ferreira et alii (coords.), *As Cidades na História: População*, 2. Guimarães, 97-125.

- Mantas, V G. (2014), “As estações viárias lusitanas nas fontes itinerárias da Antiguidade”, *Humanitas* 66: 231-256.
- Martins, M. (2004), “Urbanismo e arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da arqueologia urbana”, in J. Ruiz del Arbuló (ed.), *Roma y las capitales provinciales del Occidente Europeo*. Tarragona, 149-173.
- Martins, P. (2014), “O anfiteatro romano de Lisboa. Hipótese de localização através de uma leitura tipo-morfológica do tecido urbano”, *Rossio. Estudos de Lisboa* 4: 162-173.
- Morais, R. (2005), *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial. Contribuição para o estudo da economia da cidade*, 1-2. Braga.
- Morais, R. (2013), “A concepção geométrica de Bracara Augusta”, in R. Morais, M. Bandeira e E. Pinho (eds.), *Itineraria sacra. Bracara Augusta fidelis et antica*. Coimbra, 34-46.
- Pancieria, S. (2007), “Domus a Roma. Altri contributi alla loro inventariazone”, *Serta Antiqua e Mediaevalia* 6: 368-374.
- Parker, A. J. (1973), “The evidence provided by underwater archaeology for Roman trade in the west Mediterranean”, *Colston Papers* 23: 361-381.
- Pereira, S. (2009), *A cidade romana de Ammaia: escavações arqueológicas 2000-2006*. Lisboa.
- Peréz Agorreta, M. J. e Rodríguez Morales, J. 2011: “Las stationes con Aquae... en la Tabula de Peutinger”, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Prehistoria y Arqueología, nueva época* 4: 153-170.
- Plana-Maalart, R. (1995), “Ebora et son territoire”, in M. Clavel-Lévêque, R. Plana-Maalart (eds.) *Cité et Territoire*. Besançon, 231-242.
- Ponte, S. da (1986), “Inscrição do Forum de Seillium no tecido urbano de Tomar”, *Trabalhos de Arqueologia* 3: 43-48.
- Reynolds, J. (1988), “Cities”, in D. Braund (ed.), *The Administration of the Roman Empire*. Exeter, 15-51.
- Ribeiro, O. (1977), *Introduções geográficas à história de Portugal*. Lisboa.
- Sidarus, A. (1988), “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos muladis e berberes no ocidente andaluz”, *A cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal* 71: 7-37.
- Silva, L. F. da (2007), *Balsa, cidade perdida*. Tavira.
- Weber, M. (1982), *La ville*. Paris.
- Wheeler, M. (1964), *Roman Art and Architecture*. Londres.
- Wiseman, J. / El-Baz, F. (2007), *Remote Sensing in Archaeology*. Boston.